

Mulheres negras na “América Ladina”: metáforas do racismo reverso em comentários online sobre a Ariel negra

Black women in “América Ladina”: metaphors of reverse racism in online comments about the black Ariel

Breno Gustavo Silva Freitas¹
Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC
brenogustavo003@gmail.com

RESUMO: Esta investigação analisa comentários formulados através do *Twitter* (atual *X*) sobre a adaptação cinematográfica *A Pequena Sereia*, lançada em 2023 e estrelada por Halle Bailey, que é mulher negra. O objetivo é analisar como as metáforas do mito do racismo reverso produzem efeitos de sentidos nos comentários sobre a atriz negra protagonista do filme. Para o desenvolvimento do gesto teórico-analítico, estabelecemos uma interlocução entre a Análise de Discurso materialista (Pêcheux, 1988 [1975]; Orlandi, 2005; Cestari, 2017; Modesto, 2021) e as discussões sobre relações raciais promovidas pelas ciências sociais (Gonzalez, 1984; 1988; Carneiro, 2011; Del Priore, 2020; Akotirene, 2020). A relação entre os esses campos teóricos contribui com a investigação na medida em que permite: i) ler gênero e raça interseccionalmente; ii) articular língua, sujeito e ideologia; iii) compreender como a historicidade baliza a produção de sentidos que significam a população negra em geral, e as mulheres negras em específico. As análises dão a ver, finalmente, que o mito do racismo reverso produz como efeito a falsa simetria de que estariam sujeitos negros e brancos afetados por uma mesma matriz de opressão racial.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Racismo reverso; Comentários online; *A Pequena Sereia*.

ABSTRACT: This work analyzes comments posted on Twitter (nowadays X) about the film adaptation: *The Little Mermaid*, 2023, starred by Halle Bailey, a black woman. The goal is to examine how the metaphors of the myth of reverse racism produce effects of meaning in comments about the black actress who plays the film's protagonist. To develop the theoretical-analytical framework, we establish a dialogue between materialist Discourse Analysis (Pêcheux, 1988 [1975]; Orlandi, 2005; Cestari, 2017; Modesto, 2021) and discussions on race relations promoted by the social sciences (Gonzalez, 1984; 1988; Carneiro, 2011; Del Priore, 2020; Akotirene, 2020). The relationship between these theoretical fields contributes to the investigation as far as it allows us to: (i) read gender and race intersectionally; (ii) articulate language, subject, and ideology; and (iii) understand how historicity frames the production of meanings that signify the black population in general, and black women in particular. Finally, the analyses reveal that the myth of reverse racism produces the effect of a false symmetry, suggesting that black and white subjects are affected by the same matrix of racial oppression.

Keywords: Discourse Analysis; Reverse racism; Online comments; *The Little Mermaid*.

¹ Doutorando e Mestre em Letras (UESC). Professor de Língua Portuguesa, na Bahia (SEC-BA). Integra o grupo de pesquisa Discursos e Tensões Raciais (DTER). Dedicar-se aos estudos do discurso a partir dos seus atravessamentos possíveis com raça, gênero, sexualidade e classe.

Introdução

Desenvolvemos esta investigação a partir da análise de comentários online, no *Twitter* (atualmente nomeado como *X*), sobre o filme *A Pequena Sereia* (2023), lançado em 2023 e estrelado por Halle Bailey, uma mulher negra. O objetivo foi analisar que sentidos são produzidos sobre o protagonismo da atriz negra na adaptação cinematográfica em questão. Dentre os inúmeros comentários, há uma metáfora que comparece regularmente: o mito do “racismo reverso”. A metáfora é compreendida, neste trabalho, não como universais históricos, mas como discursos que “teriam a propriedade de ser ao mesmo tempo idêntico a eles mesmos e diferente deles mesmos, isto é, de existir como uma unidade dividida, suscetível de se inscrever em um outro efeito conjuntural, politicamente sobre-determinado [...]” (Pêcheux, 2011 [1984], p. 157). Ao longo deste texto, mobilizamos um recorte, constituído por três Sequências Discursivas (SD)², para pensar sobre como as metáforas de “racismo reverso” significam a protagonista negra.

Nesta pesquisa, partimos dos pressupostos teóricos da Análise de Discurso materialista (AD), pois nos permite desenvolver os gestos teórico-analíticos em torno dos comentários ao estabelecer a relação entre língua, sujeito e ideologia como constitutiva (Pêcheux, 1988 [1975]; Orlandi, 2005), e isso sem perder de vista trabalhos no interior da AD que refletem sobre os atravessamentos possíveis de gênero, classe e raça no discurso (Modesto, 2021; Cestari, 2017). Além disso, estabelecemos uma interlocução desse campo teórico com as discussões realizadas pelas ciências sociais, pois tomamos como imprescindível ao gesto teórico-analítico as discussões acerca das tensões raciais constitutivas à formação social brasileira (Gonzalez, 1984; 1988; Carneiro, 2011; Del Priore, 2020).

Os comentários analisados produzem sentidos sobre a atriz negra, deste modo, nos parece imprescindível levar em consideração como a condição imposta à mulher negra foi historicamente construída baseada na total negação de possibilidades de mobilidade social e de ocupações laborais socializadas como prestigiosas, tal qual a representação não estereotipada em produções culturais. Neste sentido que, nas duas primeiras seções do trabalho, refletimos, primeiro, acerca das categorias gênero e raça e sobre a importância de lê-las em uma relação interseccional (Akotirene, 2020; Collins; Bilge, 2021) e, segundo, saímos em defesa de que

² Os comentários analisados, que aqui separamos em três sequências discursivas (SD 1, SD 2 e SD 3), estão publicamente disponíveis em: <https://x.com/disneystudiosla/status/1146833212389376001>. Acesso em: 10 jul. 2024.

mulheres negras falem sobre si para que sentidos outros sejam produzidos, sentidos outros que não as objetifiquem.

Por fim, discutimos como as metáforas de “racismo reverso”, ao significarem a atriz negra no papel de protagonista, produzem a falsa simetria de que estariam sujeitos negros e brancos afetados por uma mesma matriz de opressão racial. Essa falsa simetria não só coloca em jogo uma memória de que brancos e negros teriam as mesmas oportunidades, como também dissimula os entraves enfrentados pela população negra em geral, e pelas mulheres negras em específico, para que sentidos estigmatizantes não funcionassem como evidência de si.

Historicidade, interseccionalidade, resistência

Segundo Lélia Gonzalez, a *Amefricanidade* “incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural” (1988, p. 76), assim, para além de seu caráter geográfico situado na América Latina, que a autora denomina como *América Ladina* (AL), esta noção mobiliza as experiências compartilhadas entre os sujeitos que, situados neste território vitimado pelo colonialismo, são atravessados pelos efeitos dos processos de racialização aos quais foram submetidos. Por seu aspecto metodológico, este conceito permite o resgate de “uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo” (Gonzalez, 1988, p. 77), a saber, a AL. Então, embora territorialmente localizados em diferentes países dentro da AL, os *amefricanos* e *amefricanas*, na diáspora ladino-americana, lidam com um mesmo sistema de opressão: o racismo.

Nessa direção, esta seção do trabalho propõe estabelecer o mote epistemológico a partir do qual podem ser lidas as categorias de raça e gênero. Pensamos não só no modo como tais categorias podem ser interseccionalmente relacionadas, mas sobretudo nos efeitos analíticos que a abordagem interseccional pode produzir. Isto é, pensar gênero e raça relacionados permite compreender que determinados sentidos sobre mulheres negras só são possíveis devido às condições nefastas às quais foram submetidas. Assim, para analisar como certos dizeres engendram sentidos estigmatizantes, adotamos a perspectiva de que gênero e raça não estão desassociados.

De acordo com Kimberlé Crenshaw (2012), responsável por visibilizar o uso do conceito enquanto metodologia analítica, a interseccionalidade permite “identificar a discriminação racial e a discriminação de gênero, de modo a compreender melhor como essas discriminações operam juntas, limitando as chances de sucesso das mulheres negras”

(Crenshaw, 2012, p. 8). Dessa forma, visualizar por essa ótica possibilita a compreensão de que gênero e raça são estruturas de poder que operam na subalternização de grupos minoritarizados.

Partindo do pressuposto de que a ideologia é a condição para que sentidos e sujeitos se constituam, pois o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que, então, o dizer seja produzido (Althusser, 1985 [1971]; Pêcheux, 1988 [1975]), podemos refletir sobre como gênero e raça se relacionam e são significados. O sujeito não se constitui afastado da história, pois não há história sem sujeito, então, história e sujeito, ao se imbricarem, produzem uma memória a partir da qual as mulheres negras passam a ser significadas através de “*discursos classistas racializados de gênero* (como tenho chamado os discursos que produzem e fazem circular imagens de classe-raça-gênero)” (Cestari, 2017, p. 183, grifos da autora). Se consideramos uma sociedade colonialista, como é o caso da AL, em cujo processo de formação a escravização foi protagonista, não nos parece precoce e/ou leviano afirmar que o sujeito gendrado e racializado como “mulher negra” é colocado como alvo de sentidos que tentam cristalizá-lo como subalterno.

Apesar de gênero, raça e classe, geralmente, serem os marcadores que mais são mencionados em trabalhos acadêmicos que utilizem a interseccionalidade como método analítico, Collins e Bilge (2021, p. 46) defenderão que ela “vai muito além de ver a desigualdade social através de lentes exclusivas de raça ou classe; em vez disso, entende-se a desigualdade social através das interações entre várias categorias de poder”.

Desta maneira, Collins e Bilge (2021) demonstram como a perspectiva interseccional conecta diferentes estruturas de dominação que circundam em torno de um objetivo em comum: a opressão de grupos minorizados em função da manutenção de privilégios para grupos hegemônicos. Para a demonstração desse funcionamento, a intersecção entre distintas categorias faz-se necessária para a visualização de que os sujeitos, justamente por carregarem consigo traços que os diferem uns dos outros, estão distintamente posicionados na sociedade e sofrem os efeitos dessa estrutura a partir dos entrecruzamentos identitários e sociais.

Em consonância com Collins e Bilge (2021), Carla Akotirene (2020, p. 43) rejeita a soma de traços de identidade como modo de hierarquizar as opressões sociais, ou seja, não faz parte da lente interseccional a promoção de somatórias que totalizam o quanto alguém é oprimido. Nessa perspectiva, o que se busca é a compreensão da maneira como as características socialmente inferiorizadas, juntas, situam o indivíduo socialmente em lugares desiguais.

Entretanto, diferente de Collins e Bilge (2021), que entendem ter a interseccionalidade um caráter mais flexível, justamente por entender que ela “pode assumir diferentes formas, pois

atende a uma gama de problemas sociais” (2021, p. 18), Akotirene (2020) propõe que raça é imprescindível nas análises que se pretendam interseccionais e que visam compreender o *status quo* social. Para a autora, o conceito trata “sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas” (Akotirene, 2020, p. 48) com o propósito de “compreender cisheteropatriarcado, capitalismo e racismo, coexistindo, como modeladores de experiências e subjetividades da colonização até os dias da colonialidade” (Akotirene, 2020, p. 51).

Nesta pesquisa, pensamos ser central a presença das tensões raciais para o desenvolvimento das análises, pois são responsáveis por estruturar os discursos racializados, cuja compreensão está estabelecida do seguinte modo:

[...] um discurso racializado [...] dá conta de um funcionamento discursivo atravessado pela memória dos processos sociais e históricos de racialização os quais se manifestam não apenas nos dizeres e imagens específicos de/sobre raça, mas também nos dizeres e imagens que dissimulam seu atravessamento racial, apesar das condições sociais e históricos de uma formação social capitalista e de origem colonial nas quais se inserem (Modesto, 2021, p. 9).

E isto nos parece crucial, pois reconhecemos ser a AL forjada a partir das dinâmicas que situam as mulheres negras em posições constantemente inferiorizadas, sendo a possibilidade de significá-las dessa maneira produzida pelos efeitos do racismo que foram produzidos neste território pelo colonialismo.

Mediante as reflexões inauguradas pelo filósofo Aníbal Quijano acerca da colonialidade do poder, Santos e Santana (2022) compreendem que a América Latina – ou *América Latina*, para retomar Gonzalez (1988) – herda, como consequência desse processo colonial, o apagamento de tudo aquilo que foge da norma eurocêntrica. Logo, o controle racial exercido pela colonialidade do poder, além de “hierarquizar as existências a partir da categoria de raça, põe em curso um poder de eliminação cultural, social, econômica, política e epistêmica das populações racializadas como não brancas” (Santos; Santana, 2022, p. 65).

Mencionados tais pressupostos, faz-se necessário considerar que é partir deles que se compreende Halle Bailey enquanto mulher negra. Apesar de estadunidense, o que poderia ser um elemento causador de deslocamento do tipo de análise que aqui se propõe, já que as categorias raciais são lidas diferentemente no Brasil e nos Estados Unidos, reconhecemos ser Bailey atravessada interseccionalmente por práticas históricas de racismo e marginalizações em torno da exploração da população afro-diaspórica.

Consideramos que, historicamente, ambos os territórios (AL e Estados Unidos) contaram com o racismo e o patriarcado como sistemas de opressão dos seus povos, embora

conservem suas especificidades. Enquanto nos Estados Unidos a prática do racismo incluía a segregação massiva da população negra, na AL, em especial no Brasil, havia a falsa sensação de que brancos e negros viviam em plena harmonia. Tais percursos históricos implementam diferentes barreiras e desafios, como o mito da democracia racial, ideia – largamente combatida – de que não havia racismo neste país (Gonzalez, 1984, p. 226).

Sendo assim, na seção de análise dos comentários referidos a Bailey, leva-se em conta não só que sua carreira musical e cinematográfica possui alcance mundial, ou seja, que ultrapassa barreiras territoriais, mas também que a análise não toma a atriz enquanto objeto de análise, pois outra mulher negra que ocupasse o papel principal de *A Pequena Sereia* (2023) teria os sentidos projetados sobre as mulheres negras como horizonte de significação, visto que as análises dão a ver uma memória a partir da qual as mulheres negras são significadas – e isto não é exclusivo a X ou Y atriz. O que a investigação dá a ver é o atravessamento de categorias que operam juntas na abjeção da mulher negra e que demandam interpretações na tentativa de nomear as violências para que possam, enfim, ser desnaturalizadas (Gomes, 2016, p. 116).

Sueli Carneiro, oferece um panorama acerca da construção sócio-histórica da mulher negra na AL. Segundo a autora (2011, p. 1),

São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular. Sabemos, também, que em todo esse contexto de conquista e dominação, a apropriação social das mulheres do grupo derrotado é um dos momentos emblemáticos de armação de superioridade do vencedor.

Carneiro (2011) reflete sobre como a mulher negra foi forjada por processos que intentaram fazê-la *coisa*. Nesse sentido, instaura-se o processo de desumanização e objetificação dessas mulheres. *Coisa*, nesta perspectiva e a partir do estabelecimento das categorias raciais, seria aquilo que se apaga, doma e obriga a servir. Dessa forma, essa servidão no contexto de escravização instaurado na AL projetou a branquitude como detentora de todas as *coisas*, logo, como o topo da pirâmide social e, conseqüentemente, a que deveria ser servida.

Em harmonia com o pensamento de Carneiro (2011), Gonzalez (1984) reconhece a posição *coisificada* da população negra e a reivindica para si como mola propulsora. Ao falar sobre esta atribuição, nos ensina que

Na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim o determina a lógica da dominação, caberia uma indagação via psicanálise [...], ou seja: por que o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes, nós o sabemos) domesticar? [...]. Exatamente porque temos sido

falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa (Gonzalez, 1984, p. 225).

Quando o “lixo” fala, ele rompe com a lógica de *coisificação* e possibilita que outros sentidos circulem sobre si e sua condição, contribuindo com a construção sentidos positivados sobre os sujeitos racializados como negros. Sendo assim, quando o “lixo” deixa de ser falado e passa a falar, outros sentidos são mobilizados. Posto isto, é imprescindível considerar o percurso histórico traçado pelas mulheres negras como sendo as principais responsáveis por construir sentidos positivos sobre si – e sobre isso discutimos na seção seguinte.

O “lixo” fala, e fala numa boa

Mary Del Priore (2020) delineia uma genealogia da história da mulher entre os anos 1500 a 2000, na sociedade brasileira. Em sua obra, a autora dá visibilidade à posição da mulher frente aos acontecimentos históricos, pois compreende que elas não são devidamente incluídas nas narrativas que marcam os desdobramentos sociais.

Na condição de escravizada, a mulher negra foi submetida a diversas violências que passavam pela exploração do trabalho, do corpo e dos saberes, alguns deles advindos de sua ancestralidade, outros do contato com comunidades indígenas (Del Priore, 2020, p. 56). Segundo Del Priore (2020), apesar desse cenário, sempre houve resistência. De forma que, “ao excesso de violência ou quando contrariadas, [as escravizadas] respondiam fugindo, inutilizando instrumentos de trabalho, envenenando seus exploradores e até mesmo, como fez Esperança Garcia, reclamando por escrito” (Del Priore, 2020, p. 57). Tal gesto marca um ocorrido novo para a época colonial, pois Esperança requereu ao governador da capitania sua mudança para outra fazenda, já que o então capitão da fazenda violentava a ela e ao filho com “grandes trovoadas de pancadas” (Del Priore, 2020, p. 57) – expressão utilizada por Garcia.

No trabalho *O ativismo das mulheres negras escravizadas no Brasil Colonial e Pós-Colonial, no contexto da América Latina* (Amoras et al., 2021), as autoras também abordam estratégias traçadas que culminaram na garantia de sobrevivência desse grupo e para que os processos de abolição da escravização ocorressem na AL. Desse modo, embora vitimadas e marginalizadas por uma hegemonia branca, as mulheres negras foram indispensáveis para que as engrenagens da resistência funcionassem.

A investigação demonstra a presença de mulheres negras nas organizações de *Palenques* em diferentes países da AL, como Equador, Colômbia, Cuba, México, Peru e no Brasil, que foi denominado como *Quilombos*. Essa prática consistia no refúgio e agrupamento estratégico da população afro-diaspórica, às vezes aliados aos indígenas, como mecanismo de rechaço às opressões vigentes. Além disso, a pesquisa dá visibilidade à adesão dessas comunidades a formações de parentalidade por meio da poligamia para promover o ascenso da natalidade de seu povo (Amoras et al., 2021, p. 11).

Nessa direção, falar de resistência é tratar das ações das mulheres negras. Destarte, as investigações de Del Priore (2020), em seu trabalho sobre o contexto escravagista brasileiro, e de Amoras et al. (2021) acerca da resistência na AL, dialogam diretamente com o que Angela Davis (2016) refletiu sobre a escravização de mulheres no Sul dos Estados Unidos. Segundo Davis, “as mulheres desafiavam a escravidão o tempo todo” (2016, p. 33). Por conseguinte, se na época da colônia os horizontes para a mulher negra não ultrapassavam o interior da senzala, da casa grande ou das plantações, no período pós-colonial não houve uma mudança radical do paradigma. Quando nenhum suporte foi oferecido após as campanhas abolicionistas, as mulheres negras “em vez de ‘sinhás’, tinham patroas. De escravas³ passaram a ‘criadas de servir’” (Del Priore, 2020, p. 174).

Consequentemente, tais ocupações refletiam na maneira como elas eram representadas nas músicas, nas novelas, nos filmes etc. Assim, se fora da ficção as mulheres negras tinham sua mão de obra explorada e seus corpos subjugados e submetidos à exploração sexual, nos teatros e filmes tais cenas se repetiam. Elas eram sempre “dançarinas sensuais” exibindo as curvas para desejo dos homens, ou “as empregadas” a serviço de sujeitos identificados a ideologia da branquitude.

Del Priore (2020, p. 158) demonstra que o teatro de revista, a partir de 1920, começou a explorar ritmos de folia, a exibição da pele e da sexualidade. Não curiosamente, é mencionado, a partir da fala do historiador Tiago Gomes, que seria inusitado que nessas peças de teatro ligeiro não possuísse, em suas palavras, uma “mulata” ou uma “baiana”, ou seja, mulheres negras. Percebe-se, portanto, a introdução delas no teatro, não a partir de posições feitas para o consumo, nas palavras de Del Priore, “de senhoras casadas e burguesas que, certamente, não frequentavam tais ambientes” (2020, p. 163), mas através da sexualização de seus corpos, repetindo, assim, práticas e sentidos escravagistas-sexualizantes que seguem posicionando a mulher negra no lugar de objeto, de *coisa*.

³ Manteve-se o termo “escrava” por ser o termo utilizado pela autora. Neste trabalho, adota-se o termo escravizada por compreender que esta condição não é natural, sim resultante de um sistema de exploração.

Havia, nessa época, a atuação de algumas revistas negras que galgaram destaque e ampliaram a atuação de artistas negros, seja na música e no teatro, seja em outras áreas voltadas para produções culturais. Através da investigação de Nirlene Nepomuceno, citada na obra de Del Priore (2020), há a informação de que algumas companhias se destacaram, especialmente a “Companhia Negra de Revistas (1926), criada no Rio de Janeiro, pelo músico De Chocolat, ou João Candido Ferreira, e pelo empresário Jaime Silva” (Del Priore, 2020, p. 164).

Entretanto, embora houvesse atuação de sujeitos negros, em específico das mulheres negras, Del Priore (2020) conclui que não houve alteração dos estereótipos destinados a elas e que este modo de significá-las “atendia muito mais a uma estratégia comercial que a qualquer avanço no que diz respeito à reedificação do negro e sua cultura nos palcos” (Del Priore, 2020, p. 164). No cinema, como em outras produções artísticas, se encontrava a repetição de uma memória que coagulava sentidos que maldiziam a imagem da mulher negra, dessa forma, ela, na posição de empregada, assim “como a escrava, era sempre negra [...], na maioria das vezes em idade mais avançada” (Del Priore, 2020, p. 168).

Davis (2016) compreende que “a definição tautológica de pessoas negras como serviçais é, de fato, um dos artifícios essenciais da ideologia racista” (2016, p. 102). Ou seja, não é inesperado que as produções artísticas sejam espaço para naturalização das opressões destinadas às mulheres negras, pois sendo a branquitude a categoria que detém os espaços de poder, colocá-las como serviçais contribui com a perpetuação do racismo enquanto sistema que as coisificam.

Lélia Gonzalez (2020 [1982], p. 200) apresentava questionamentos acerca dessas significações:

Numa profissão como a de atriz, por exemplo, pode-se perceber muito bem como funciona o racismo “à la brasileira”. Por que será que no teatro, no cinema ou na tevê as atrizes negras só vivem personagens secundários e subalternos (sobretudo como empregadas domésticas) ou, quando muito, personagens que fazem o gênero “erótico-exótico”. Será por que são profissionais incompetentes ou por que só têm oportunidades de desempenhar papéis que reforçam a imagem de inferiorização da negra?

Nessa indagação, ecoa a definição proposta por Davis (2016) de que há um mecanismo racista que opera na projeção dos sujeitos negros como serviçais, ou, como ensina Carneiro (2011), de que há uma *coisificação* sistemática que funciona na subordinação das mulheres negras em particular. Ambos os argumentos servem como subsídio para a citação de Gonzalez (2020 [1982]) quando a autora demonstra sua percepção acerca da maneira como as mulheres

negras são retratadas. Significá-las como *coisa* são efeitos da colonialidade do poder instaurada a partir do estabelecimento das categorias raciais na AL. Ou seja, há uma prática racista e sexista que funciona interseccionalmente a partir de uma memória discursiva que, em seu interior, carrega a mulher negra como inferior, logo, não merecedora de determinados espaços.

A partir dessa ótica é que, nesta seção, construiu-se um gesto ensaístico sobre como as mulheres negras significaram a si para que, a partir das análises da próxima seção, seja considerado como este processo histórico é o que baliza os sentidos que visibilizam o funcionamento do racismo enquanto sistema que estabelece as mulheres negras como se inferiores fossem. A seguir, analisamos como as metáforas de racismo reverso funcionam na tentativa de equiparar as condições as quais mulheres brancas e negras estão submetidas.

“Nós ruivos também somos minoria”: o mito do racismo reverso

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto (Gonzalez, 1984, p. 226).

Com ironia e precisão, Gonzalez (1988) satiriza a situação da população negra no Brasil. Apesar de se referir particularmente à maneira como as relações raciais em solo brasileiro foram construídas, podemos estender esta visão, com muita facilidade, aos sujeitos negros que compõem a diáspora africana no território ladino-americano, pois, como empreendido pela autora, os(as) amefricanos(as) partilham experiências similares uma vez que lidam com a opressão racista e sexista que foi forjada no interior do sistema de exploração colonial (Gonzalez, 1988, p. 77).

Esta visão é corroborada por Pineda (2018), ao refletir sobre a experiência da mulher negar na AL. Segundo a pesquisadora,

En el caso específico de las mujeres africanas y afrodescendientes su historia ha estado determinada por las múltiples formas de discriminación, violencia y tratos crueles experimentados desde la colonización europea en América, entre los cuales es posible considerar su esclavización, la subasta y venta de su persona, la prostitución forzada, la violencia física, verbal, psicológica y sexual, el rapto y venta de sus hijos, entre otras⁴ (Pineda, 2018, p. 42).

⁴ No caso específico das mulheres africanas e afrodescendentes sua história esteve determinada pelas múltiplas formas de discriminação, violência e maus tratos experimentados desde a colonização europeia na América, entre

A sátira de Gonzalez (1984), mobilizada no início da seção, atinge, justamente, a suposição de que brancos e negros possuem os mesmos direitos e que, conseqüentemente, são lidos da mesma maneira na sociedade. A visão de que essa igualdade existe desconsidera a herança racista que se impregnou no interior das relações sociais, no modo como mulheres negras, especificamente, foram empurradas para as bases de uma estrutura que as esmagam.

Outros aspectos de sua crítica visam não só elucidar que o sistema meritocrático não é funcional, pois o esforço individual não é suficiente para que sujeitos negros alcancem espaços de poder, como também reprovar os sentidos que se constroem acerca da beleza dos sujeitos negros de que quanto mais finos forem seus traços, mais bonito e próximo do ideal – branco – de beleza estariam. Assim, embora seja possível, pela potência do seu enunciado, destrinchar a sátira da autora em várias direções, esta seção considera ao menos uma delas: a suposição de que negros e brancos ocupam posições igualitárias.

SD 1⁵:



SD 2⁶:



os quais é possível considerar sua escravização, leilão e venda de sua pessoa, a prostituição forçada, a violência física, verbal, psicológica e sexual, o sequestro e venda de seus filhos, entre outras (tradução nossa).

⁵ SD 1: “Não, Deus... o que vocês têm contra os ruivos, pois sempre os colocam com a pele negra. Eu sou ruiva e me sinto excluída, por que estão mudando a única princesa que tem as mesmas características que eu, mas como não sou negra, não há problema. Nós ruivos também somos minoria”. “Fizeram o mesmo com Starfire na série Titãs, na Netflix” (tradução nossa).

⁶ SD 2: “Os ruivos também sofrem discriminação e preconceito social, digam-me quantas princesas ruivas há na Disney?” (tradução nossa).

A definição de metáfora é a tomada de uma palavra por outra, diz Pêcheux (1988 [1975], p. 301). Trata-se, então, do modo como a ideologia é deslocada entre formas linguísticas distintas e que, no jogo da diferença das palavras, há a retomada do mesmo no diferente. Isto é, os sentidos que constituem determinada ideologia não estão presos a determinadas palavras, podendo eles serem mobilizados em outras. Com a análise das sequências discursivas em tela, em especial pelos excertos “que tienen contra los pelirrojos, siempre los ponen con tez morena, yo soy peliroja y me siento excluida [...] los pelirrojos también como minoria” (SD 1), e “los pelirrojos también sufren discriminación y acoso social” (SD 2), damos visibilidade às metáforas de racismo reverso que mobilizam uma suposta discriminação racial vivida por sujeitos branco-ruivos como simétrica ao racismo com o qual sujeitos racializados como negros na AL lidam cotidianamente – como vimos com os trabalhos de Gonzalez (1988) e Pineda (2018).

Os comentários são formulados sobre a alteração racial ocorrida em *A Pequena Sereia* com a princesa Ariel da versão animada (personagem branca) para a versão *live action* (mulher negra). Ou seja, é uma figura em desenho animado que é lida racialmente como branca e ruiva pelos sujeitos das SD 1 e SD 2, e que tem sua identidade racial modificada. Como é possível ler nas SD 1 e SD 2, não é à toa que o sujeito demonstra sua insatisfação com a alteração racial, justamente porque a personagem branca e ruiva passa a ser interpretada por uma mulher com a “tez morena” – negra – (SD 1), independentemente de que seja ruiva, já que na versão *live action* a atriz está com o cabelo ruivo para interpretar a sereia e isso não é levado em consideração nos comentários. É a cor da pele, precisamente, e não a cor do cabelo, que baliza os sentidos produzidos por tais discursividades.

Neste gesto analítico, consideramos que os ruivos mencionados pelas sequências discursivas são sujeitos racializados como brancos porque, na SD 1, no trecho “yo soy peliroja e me siento excluida, por que estan cambiando a la unica princesa que tiene mis misma característica, a pero como no soy morena, no hay problema”, o sujeito identifica-se com a personagem da versão animada da obra, pois ambas possuem as mesmas características. Logo, se a personagem da animação *A Pequena Sereia* (1989) é lida racialmente como branca e ruiva, o sujeito que comenta descreve-se como possuidor dos mesmos traços fenotípicos. Não se pode perder de vista que os comentários em tela são formulados a partir de uma alteração racial que mobiliza como protagonista uma mulher negra em detrimento de uma personagem animada lida racialmente como branca-ruiva.

Como na SD 1, na SD 2 o termo “pelirrojos” (ruivos) parece acionar uma memória de que ruivo é, necessariamente, branco, pois esses comentários estão em uma relação de oposição

com a personagem negra – ainda que possua o cabelo ruivo na versão *live action*. Ao dizer que “los pelirrojos también sufren discriminación y acoso social” (SD 2), são aos ruivos parecidos com a personagem da animação (branca-ruiva) a quem o sujeito se refere, pois, o que fica implícito ao comentário é que são pessoas como a personagem que sofrem discriminação, uma vez que é a Ariel branca-ruiva que teoricamente está perdendo seu espaço de protagonista para a atriz negra na versão *live action* da obra (SD 2). Ao formular que os ruivos têm o tom de sua pele alterado – “que tienen contra los pelirrojos, siempre los ponen con tez morena” (SD 1) –, toma-se os “pelirrojos” (ruivos) pela evidência de que são brancos, pois sugere-se que os branco-ruivos perdem seus espaços de prestígio ao terem seu tom de pele alterado para o negro. Novamente, o que se impõe não é a cor do cabelo da personagem nas duas versões, que não deixa de ser ruivo, mas o tom de sua pele, que deixa de ser branco e passa a ser negro. Assim, fica estabelecido pelas SD 1 e SD 2 que os ruivos são brancos – daí considerarmos que ao dizer *pelirrojo* (ruivo), está sendo dito branco-ruivo⁷.

A SD 1 mobiliza que os sujeitos ruivos (doravante branco-ruivos) são uma minoria social que não deveria perder seu espaço de prestígio na trama para o sujeito racializado como negro, pois, como está dito, os branco-ruivos também são uma minoria (SD 1). O trecho “los pelirrojos también somo minoria” (SD 1) captura nosso gesto analítico na medida em que parece enlaçar as experiências dos sujeitos branco-ruivos às vivências dos sujeitos negros, porque ambos supostamente seriam grupos minoritários. Considerando que o comentário é feito sobre uma mulher negra no papel de protagonista da adaptação, dizer que os ruivos também são uma minoria é especialmente simbólico. Como paráfrase (P) do trecho “los pelirrojos también somo minoria”, o que comparece tensionando o sentido da discursividade é:

P 1: Así como los negros, los pelirrojos forman parte de un grupo minoritario⁸.

P 2: Así como los negros, los pelirrojos sufren discriminación racial⁹.

As paráfrases 1 e 2 da SD 1 dão visibilidade ao efeito de simetria que atribui aos branco-ruivos uma experiência racial senão igual, ao menos parecida, com a dos sujeitos negros na medida em que compara as vivências de sujeitos que são racializados de modos distintos. Na

⁷ Reconhecemos, no entanto, que esta relação opera pelo efeito de evidência de que ruivos são, necessariamente, brancos. Embora negros possam ser, geneticamente ou não, ruivos. Ver links abaixo.

Disponível em: <https://www.infobae.com/colombia/2025/05/18/activista-afrocolombiana-defendio-a-bebe-pelirroja-venimos-de-todos-los-colores-y-sabores/>. Acesso em: 13 fev. 2026. Disponível em: https://www.huffingtonpost.es/2015/08/28/pelirrojos-negros-fotos_n_8042338.html. Acesso em: 13 fev. 2026.

⁸ Assim como os negros, os ruivos fazem parte de um grupo minoritário (tradução nossa).

⁹ Assim como os negros, os ruivos sofrem discriminação racial (tradução nossa).

SD 2, “los pelirrojos también sufren discriminación y acoso social, díngame cuantas princesas pelirrojas hay en @DisneyStudiosLA?” (SD 2), o termo “también”, que está na SD 1 e comparece na SD 2, corrobora com o imaginário de que, assim como os sujeitos negros, os branco-ruivos sofrem discriminação. Em ambos os casos, SD 1 e SD 2, há uma comparação entre a experiência racial de tais sujeitos. Como se, por supostamente pertencer a um grupo minoritário, branco-ruivos lidassem com o desprestígio relegado à população negra. Com isso, não queremos dizer que branco-ruivos não possam ser alvos de *bullying*, entretanto, a violência que perpassa a constituição do sujeito negro na AL não lhe é semelhante. Nessa perspectiva, concordamos com Diangelo (2018, p. 48) quando afirma que, embora sujeitos racializados como brancos enfrentem diferentes barreiras, a barreira específica do racismo não é uma delas.

O levantamento feito por Orrico (2015) serve como exemplar do que estamos discutindo. O autor faz um levantamento de comentários sobre a Marcha do Orgulho Crespo e sobre o Encontro Nacional de Ruivos. Enquanto no primeiro comparecem discursividades como “cabelos bombril”, “gente com cabelo liso não tem orgulho do cabelo, pensa mais é em estudar e melhorar de vida”, “[...] quem é preconceituoso não muda sua mente conservadora e antiquada por conta de marchinhas anti-preconceito”, “o que pretendem? Querem se valorizar com isso? Inútil”, no segundo o que comparece são elogios, como “ta aí uma galera bonita por natureza”, “[...] sou loira e queria muito ser ruiva e com sardas, meninas, vcs são lindasssss”, “todos lindos, acho lindo um ruivinho”. Assim, branco-ruivos e sujeitos negros são racialmente lidos de maneiras diametralmente opostas, não havendo simetria possível entre a experiência racial de tais sujeitos na AL.

De acordo com Fontoura (2022), o racismo reverso é uma falácia que “busca promover uma expressão que coloca os sujeitos não negros como alvos de ataques, discriminações e preconceitos que têm como base a cor da pele” (Fontoura, 2022, p. 45). Assim, podemos considerar que a ideologia do racismo reverso funciona produzindo a evidência de que sujeitos brancos, especificamente, estão passíveis de sofrer as violências do racismo. Gonzalez (1988), Carneiro (2011) e Pineda (2018), combatem tal ideologia ao afirmarem que os sujeitos que sofreram a violência racista na AL foram, majoritariamente, os racializados como negro e indígena, sendo os brancos partícipes da hegemonia racial constituída nesse território.

Considerando as sequências discursivas 1 e 2, o que há é, justamente, uma atualização da memória do racismo reverso em que sujeitos branco-ruivos são colocados como alvos de discriminação racial. A atualização de tal memória ocorre via metáfora da ideologia do racismo reverso que comparece pelos trechos “los pelirrojos tambien somo minoria” (SD 1) e “los pelirrojos también sufren discriminación y acoso social” (SD 2). Isto é, a ideologia do racismo

reverso produz a evidência de que sujeitos brancos sofrem racismo. Entretanto, na AL, tais sujeitos não sofrem racismo, porque não foram explorados em razão de suas características fenotípicas, como foram os negros e os indígenas.

SD 3¹⁰:



Na SD 3, curiosamente, não se nega que os comentários direcionados à mulher negra sejam racistas. Ao dizer que “es mucho más racista querer cambiar personajes originalmente pelirrojos a algo que consideran ‘políticamente correcto’”, o que está posto, na ordem do dito, é que a escolha da atriz negra é uma atitude mais racista que o desejo de que a atriz continuasse branca-ruiva¹¹, como a personagem da animação, já que esse seria o original na relação com a versão *live action*. No entanto, através dessa afirmação, o não-dito irrompe produzindo o sentido de que seria menos racista querer uma Ariel branca-ruiva. Na SD 3, não se nega a existência do racismo, ao contrário, o reforça na medida em que coloca em relação atitudes que seriam “mais racistas” ou “menos racistas”. Assim, o sujeito não nega o racismo, mas tenta diminuí-lo comparando-o com o mito do racismo reverso, jogando com o sentido de que sujeitos brancos são passíveis de sofrer racismo.

A memória discursiva aparece não “como o ato voluntário ou ação de lembrar-se de algo, mas como superfície que sustenta a produção de dizeres e que faz com que as palavras

¹⁰ SD 13: “É muito mais racista querer mudar personagens originalmente ruivos a algo que consideram “políticamente correto”. “Querer uma representação fiel ao personagem não é racismo” [enunciado da imagem compartilhada pelo autor(a) do comentário] (tradução nossa).

¹¹ Assim como nas SD 1 e SD 2, o significante “branca” não é explicitamente formulado. Entretanto, fica implícito à discursividade do sujeito que, ao dizer “pelirrojos” (ruivos), a referência é feita aos branco-ruivos, pois são estas as características da personagem que tem sua identidade racial alterada da versão animada para a versão *live action*.

tenham e façam sentido” (Romão; Benedetti, 2008, n/p). Os comentários sobre a Ariel negra são formulados a partir de uma memória discursiva cujos sentidos atenuam os entraves enfrentados para que mulheres negras estejam em produções cinematográficas não apenas em papéis secundários e subalternos, tampouco fazendo o gênero erótico-exótico, cujos sentidos as coisifiquem (Gonzalez, 1988; Carneiro, 2011). Dessa forma, a historicidade que se inscreve nos comentários faz com que os enunciados das sequências discursivas mobilizem o mito do racismo reverso, cujo efeito produzido é o da falsa simetria entre as experiências raciais vividas por sujeitos branco-ruivos e sujeitos negros.

Portanto, em uma sociedade devastada pelo colonialismo, não há simetria na experiência racial vivida por sujeitos branco-ruivos e sujeitos negros. Tais sujeitos não partem do mesmo lugar, tampouco o sistema de opressão racista os atravessa de modo similar. Sujeitos brancos são os que recebem as benesses do racismo, os que ocupam o topo de uma estrutura cuja base é erguida às custas dos sujeitos negros, no geral, e das as mulheres negras, em específico. Propor o inverso disso é dissimular o privilégio relegado aos sujeitos brancos e operar em favor da manutenção da estrutura vigente, recuperando e reproduzindo sentidos que coisificam as mulheres negras.

Últimas considerações

Essa investigação produziu uma análise de comentários online, a partir do *Twitter* (atual *X*), sobre a adaptação cinematográfica *A Pequena Sereia*, lançada em 2023 e estrelada por Halle Bailey. Como resultado, discutimos como, interseccionalmente, as categorias gênero e raça funcionam distribuindo os sujeitos em diferentes posições sociais. Além disso, as análises dão a ver como a historicidade é o que baliza a produção de sentidos, uma vez que não há história sem sujeito e/ou sujeito sem história.

A relação do sujeito com a história é relevante na medida em que marca como os sujeitos significam o protagonismo da atriz negra na obra adaptada. Enlaçados a uma memória discursiva de um suposto racismo reverso, os sujeitos significam mulheres negras em pé de igualdade com sujeitos brancos-ruivos, como se estes fossem vítimas em decorrência de seu fenótipo. Consideramos, por fim, que o trabalho desconstrói, por meio de uma análise discursiva, a circulação de uma memória cujos efeitos produzem uma falsa simetria entre as condições das quais partem os sujeitos negros e brancos.

Referências

A PEQUENA SEREIA. Direção: John Musker e Ron Clements. Produção: Howard Ashman e John Musker. Estados Unidos: Walt Disney Pictures, 1989. 1 filme (83 min).

A PEQUENA SEREIA. Direção: Rob Marshall. Produção: Walt Disney Pictures. Roteiro: Jane Goldman, David Magee. Elenco: Halle Bailey, Jonah Hauer-King, Melissa McCarthy, Javier Bardem. Estados Unidos: Disney, 2023. 1 filme (135 min).

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 5. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985 [1971].

AMORAS, Maria; COSTA, Solange Maria Gayoso da; ARAÚJO, Luana Mesquita de. O ativismo das mulheres negras escravizadas no Brasil colonial e pós-colonial, no contexto da América Latina. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 23, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202128>

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Núcleo de Estudos AfroBrasileiros e Indígenas: Pernambuco**, 2011. Disponível em: <https://encurtador.com.br/pXLD7>. Acesso em: 17 set. 2024.

CESTARI, Mariana Jafet. Por uma tomada de posição feminista e antirracista na análise de discurso. In: ZOPPI FONTANA, M.; FERRARI, A. J. (Orgs.). **Mulheres em discurso: identificações de gênero e práticas de resistência**. v. 2. Campinas: Pontes Editores, 2017, p. 183-204.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. **A Interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. Cruzamento: raça e gênero, 2012. Disponível em: <https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, Mary. **Sobreviventes e guerreiras: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000**. São Paulo: Planeta, 2020.

DIANGELO, Robin. **Não basta não ser racista: sejamos antirracistas**. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Faro Editorial, 2018.

FONTOURA, Julian Silveira Diogo de Ávila. O debate sobre o racismo reverso: a negação do conceito pelo viés histórico-social. **Revista Em Favor da Igualdade Racial**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 43-54, 2022. DOI: <https://doi.org/10.29327/269579.5.2-5>

GOMES, Nilma Lino. Entrevista com Nilma Lino Gomes (UFMG). [Entrevista concedida a] Glenda Valim de Melo. **Linguagem em Foco**, Ceará, v. 8, n. 2, p. 115-122, 2016. Disponível

em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/1912/1701>. Acesso em: 8 set. 2024.

GONZALEZ, Lelia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, São Paulo, p. 223-244. 1984. Disponível em: <https://bds.unb.br/handle/123456789/1141>. Acesso em: 02 fev. 2025.

GONZALEZ, Lelia. A Categoria Político-Cultural de Amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92-93, p. 69-82, 1988. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024

GONZALEZ, Lelia. E a trabalhadora negra, cumé que fica? In: RIOS, F.; LIMA, M. (Orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020 [1982], p. 199-201.

MODESTO, Rogério. Os discursos racializados. **Revista da Abralin**, v. 20, n. 2, p. 1-19, 2021. DOI: 10.25189/rabralin.v20i2.1851

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2005.

ORRICO, Alexandre. As diferenças entre os comentários em notícias sobre eventos de negros e ruivos. **Geledés**. São Paulo, 28 jul. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-diferencas-entre-os-comentarios-em-noticias-sobre-eventos-de-negros-e-ruivos/>. Acesso em: 13 fev. 2026.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1988 [1975].

PÊCHEUX, Michel. Metáfora e interdiscurso. In: Orlandi, E. (Org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Campinas: Pontes Editores, 2011 [1984], p. 151-162.

PINEDA, Esther G. Experiencias y resistencia de las mujeres afrodescendientes en América Latina y El Caribe. In: LOANGO, A. O.; CORDEIRO, M. J. J. A. (Orgs.). **Negritudes e africanidades na América Latina e no Caribe**. v. 2. Franca: Ribeirão Gráfica e Editora, 2018. p. 42-52.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; BENEDETTI, Cláudia Regina. A navegação do sujeito no discurso jornalístico impresso e eletrônico. **Verso e Reverso**, v. 22, n. 49, 2008. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/issue/view/78>. Acesso em: 27 ago. 2025.

SANTOS, Emilly Silva dos; SANTANA, Ygor Santos de. Colonialidade do Poder. In: LANDULFO, C.; MATOS, D. (Orgs.). **Suleando conceitos em linguagens: deconolonialidades e epistemologias outras**. Campinas: Pontes Editores, 2022. p. 59-66.

Recebido em: 27 de agosto de 2025
Aceito em: 22 de dezembro de 2025